
Biblioteca escolar como espaço de letramento

Andrea Jully Enjiu

Mestre pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Ana Paula Berberian Vieira da Silva

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP
Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Daniel Vieira da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
Professor do Centro Universitário Internacional - UNINTER

Ana Cristina Guarinello

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Luciana Branco Carnevalle

Doutora em Linguística e Estudos da Linguagem pelo LAEL/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

Resumo

Objetivo: Neste artigo pretendemos discorrer sobre como o trabalho com biblioteca vem sendo instituído por um grupo de professores da região metropolitana de Curitiba. **Método:** Participaram desta pesquisa 56 professores do ensino fundamental da rede municipal (1º ao 5º ano), atuantes em 6 escolas que possuíam uma biblioteca em seu contexto, sendo estas 3 rurais e 3 centrais, localizadas no município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Como instrumento de coleta, foi utilizado um questionário que aborda a caracterização dos sujeitos e a visão dos professores com relação ao uso da biblioteca escolar. Os dados obtidos foram interpretados por meio da análise de conteúdo. **Resultados:** Dentre os resultados obtidos, chama atenção o fato de dentre os 56 pesquisados somente 15, 27%, relataram desenvolver práticas de leitura envolvendo esse espaço, embora, 100% considere que deve existir uma biblioteca no contexto escolar. Entre os motivos apresentados para justificar o não uso da biblioteca, destacam-se a presença de um profissional responsável (10%), limitações imposta pela equipe diretiva (8%), espaço inadequado (7%) e não considera necessário (5%). **Conclusão:** Toma-se possível conferir a existência de relativos avanços no que diz respeito à temática da biblioteca no contexto escolar. Contudo, cabe indagarmos porque a mesma ainda não se configura, nacionalmente, como espaço que promove o letramento bem como, a sua presença no contexto escolar ainda não é uma realidade em muitas escolas brasileiras. Dentre as ações que podem contribuir para uma mudança nesse quadro, ressaltamos o compromisso do fonoaudiólogo inserido no contexto educacional, com o objetivo de estabelecer parcerias colaborativas que contribuam para a constituição de bibliotecas escolares que cumpram com as orientações contidas nos documentos oficiais, viabilizando assim, o acesso e a apropriação da linguagem oral e escrita por parte da população brasileira.

Palavras-chave: Letramento. Fonoaudiologia. Educação. Biblioteca escolar.

Abstract

Objective: In this article we intend to think about how the work in the educational library are established by a group of teachers in metropolitan region of Curitiba City/PR. **Methods:** Participated from this study 56 municipal teachers from elementary school that acted in 6 schools that have a library, 3 of them are from rural schools and 3 from schools located at the city centre, all of them are located in Piraquara city, near Curitiba/PR. To collected data we used a questionnaire that characterizes the individuals and their points of view about educational library. Data was interpreted by contents analyse. **Results:** Our results show that from 56 individuals only 15, that is, 27%, develop reading practices in this place, although, 100% of the individuals that were interviewed consider that schools should have an educational library. The reasons pointed to justify not using the library space were related with: the library doesn't have a responsible professional to take care of the place (10%), limitations imposed by school direction (8%), inadequate space (7%) and 5% do not consider the library space as a need. **Conclusion:** It's possible to notice some advances related to the theme educational library, however, we must ask why this place still does not represent in Brazil a space that promotes literacy and why many Brazilian schools still don't have an educational library. Between actions that should change this reality, we emphasize the educational speech language therapist obligation to established collaborative partnership that contributes to the constitution of educational libraries that fulfils the orientations contented in official's documents, giving access to oral and writing language appropriation by Brazilian population.

Keywords: Literacy. Speech language therapy. Education. Educational library.

Introdução

As discussões aqui apresentadas estão circunscritas ao campo denominado fonoaudiologia educacional, mais especificamente, ao conhecimento e à atuação fonoaudiológica voltada à linguagem escrita.

Dentre as tendências teórico-metodológicas que norteiam a inserção da Fonoaudiologia no contexto educacional, amplamente discutidas por Giroto (1999), Berberian e Calheta (2009), optamos pela abordagem a qual considera que a atuação do fonoaudiólogo deve contribuir para a promoção da aprendizagem dos alunos no que se refere à linguagem e, nessa perspectiva, a escola é concebida como instituição responsável por promover o letramento na população.

Referente à concepção teórica assumida, as discussões serão assentadas em uma concepção sócio-histórica da linguagem. Nesse sentido, o enfoque dado à linguagem está em consonância com os pressupostos bakhtinianos, nos quais a linguagem é concebida como fenômeno heterogêneo que se constitui *na e pela*

interação verbal dos interlocutores em situações de diálogos. Ou seja, a base da concepção de linguagem em Bakhtin é a interação verbal, caracterizada pelo seu aspecto dialógico.

A esse respeito, o próprio autor enuncia, “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicológico de sua produção, mas pelo fenômeno da interação verbal” (Bakhtin, 1999, p. 123).

Ainda de acordo com Bakhtin (2006), o falante não é proprietário único e exclusivo da palavra, pois o ouvinte também se faz presente de alguma maneira, assim como todas as outras vozes que antecederam e influenciaram o ato de fala. Ademais, quando o sujeito se propõe a falar sobre determinado assunto, encontra-o já articulado por outras vozes.

Fundamentada nessa concepção, a leitura é compreendida como um ato dialógico, interlocutivo, que envolve demandas sociais, históricas, políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas de determinado momento.

Nesse contexto ainda, a mediação pelo outro torna-se fundamental na formação do sujeito leitor, tendo em vista que os adultos quando leem para as crianças não estão apenas apresentando características e especificidades da linguagem escrita, mas, estão

compartilhando os comportamentos leitores de uma determinada prática social de leitura além de “favorecer o letramento das crianças, antes que abordem o código alfabético” (BAJARD, 2007, p.11).

É importante destacar que, ao assumir tal abordagem, consideramos o poder constitutivo que as práticas de oralidade e da escrita, vivenciadas no contexto escolar, exercem sobre os sujeitos, uma vez que a qualidade de tais práticas condiciona usos, sentidos e valores em torno dessas modalidades de linguagem.

Sendo assim, delimitamos nossa reflexão e estudo em torno de um dos espaços privilegiados para promoção da leitura no contexto educacional, ou seja, a biblioteca escolar.

Consonante com a perspectiva teórica assumida, partimos do pressuposto de que este espaço deveria ser um local permeado por práticas significativas e sociais de leitura, concebido como espaço discursivo que privilegia a promoção do letramento a toda comunidade escolar “ao se atualizar no movimento da leitura e da escrita, tornando-se, assim como a própria linguagem, um lugar vivo e inquietante” (BERNARDES, 2003, p. 5).

Logo, este artigo pretende discorrer sobre como o trabalho com biblioteca vem sendo instituído por um grupo de professores da região metropolitana de Curitiba.

Para tanto, buscou-se uma divisão temática estruturada em três partes. Primeiramente, discorre-se acerca dos documentos oficiais que regem a educação para ensino da língua portuguesa: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - de âmbito federal - e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná - de esfera estadual - e suas possíveis referências à biblioteca escolar. Na segunda parte, será apresentado um dos programas federais de incentivo a leitura voltada à educação e por último, os resultados correspondentes aos professores do município estudado. Como conclusão é realizado um fechamento em torno do panorama atual da biblioteca, bem como se evidencia a atuação e contribuição do fonoaudiólogo neste espaço.

Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares da Educação Básica: concepções acerca da leitura/escrita e da biblioteca escolar

Com relação aos documentos oficiais, enfocaremos especificamente as diretrizes para o ensino de língua portuguesa, sistematizadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), instituídos pelo governo federal em 1997, e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (DCEB), de 2008.

Esclarecemos desde já, que este artigo não tem o intuito de realizar uma análise crítica de tais documentos, mas sim, evidenciar as discussões realizadas em torno da biblioteca escolar, neles subjacentes.

As razões que definiram a escolha dos documentos basearam-se no fato de ambos surgirem no contexto da educação como diretrizes para a escola pública e pelo fato de compartilharem da mesma concepção sócio-histórica de linguagem, no que tange às discussões referentes ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa em suas modalidades oral e escrita.

A partir dessa perspectiva, a leitura é conceituada em ambos os documentos como uma atividade de produção de sentido que ocorre nos atos dialógicos e interlocutivos entre leitores/texto e, dessa forma, no contexto escolar deve ser conduzida a partir de mediações significativas entre professor/alunos/textos. Desta maneira, a biblioteca escolar deveria constar, em ambos os textos referenciais, como espaço privilegiado para o trabalho com a leitura, uma vez que favorece o acesso a uma diversidade de materiais escritos, bem como, o compartilhar de leituras entre professores e alunos.

Nas orientações presentes nos PCNs, encontramos menção a biblioteca oferecendo subsídios para sua constituição, explicitando orientações acerca da organização do espaço físico/ infraestrutura e acervo,

bem como, dos objetivos que as práticas de leitura desenvolvidas nesse contexto devem atender, ou seja, a leitura autônoma, o acesso a textos de diversos gêneros, o prazer/gosto pela leitura.

Já as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná carecem de um encaminhamento explícito em relação à concepção de biblioteca e às práticas que nela podem ser estabelecidas - em sintonia com a concepção de linguagem assumida.

Assim após ter traçado de maneira breve as considerações pertinentes a cada documento, salientamos que, mesmo ambos compartilhando da mesma concepção teórica, somente em um a biblioteca foi contemplada.

Ora, se os dois documentos compartilham da mesma visão de linguagem, em que é possível verificar uma série de encaminhamentos a respeito da prática da leitura e da literatura, enfatizando a necessidade de propiciar ao aluno o acesso a práticas sociais de leitura e escrita, cabe-nos questionar a ausência de discussão referente à importância da biblioteca nas Diretrizes.

Logo, podemos inferir que existe um descompasso entre as orientações presentes nos documentos ao não propiciar uma reflexão mais aprofundada referente à biblioteca como espaço profícuo ao letramento, com base na concepção assumida.

Por outro lado, se os documentos aqui apresentados representam um avanço nas políticas educacionais brasileiras no que diz a respeito à concepção de linguagem, por outro implicam um grande esforço de reflexão para a transposição didática dos princípios e referenciais às práticas educativas em sala de aula. Isso em razão, principalmente, em função dos precários e restritos processos de formação profissional aos quais parcela significativa dos professores estiveram inseridos.

Políticas públicas de promoção da leitura e a biblioteca escolar

Com a finalidade de avançar nas discussões em torno da biblioteca, interessa sinalizar o surgimento de programas de incentivo à leitura, elaborados nas últimas duas décadas, que privilegiam ações direta ou indiretamente relacionadas à biblioteca.

Tais programas possuem diferentes frentes de abordagem, porém com mesmo objetivo de promover a leitura. Entre as ações¹ destacam-se aquelas voltadas à distribuição de livros e aquelas que privilegiam a formação continuada do professor. Neste artigo em particular, abordaremos em especial o PNBE, tendo em vista que é o único atuante no município pesquisado.

1 Para maiores informações sobre os programas acesse: www.pnll.gov.br, www.fnde.gov.br, www.bn/proler.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), foi desenvolvido pelo governo federal, orientado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, foi criado em 1997, a partir da Resolução nº 7, de 20 de março de 2009, e do Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010.

É de responsabilidade do PNBE, de acordo com Decreto que o institui, prover as escolas do ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com obras literárias e demais materiais de apoio à prática da educação básica.

Essa ação tem o objetivo de democratizar o acesso às fontes de informação, o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores, além do apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.

O acervo compreende obras clássicas da literatura, poemas, contos, crônicas, novelas, peças de teatro, textos da tradição popular; romances, memórias, diários, biografias, relatos de experiências, livros de imagens e histórias em quadrinhos.

Esses materiais são distribuídos às escolas obedecendo à seguinte organização: em anos pares,

são contempladas as escolas da educação infantil, de jovens e adultos, anos iniciais do ensino fundamental e, nos anos ímpares, são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e ensino médio.

Desde a sua criação até hoje, já houve 15 (quinze) edições do programa (1998 a 2012). A cada ano, ele é modificado e adaptado à realidade e às necessidades educacionais do país. Como consequência, sugerem-se novas ações que beneficiam não apenas os acervos das bibliotecas, mas também a família, a comunidade e os professores.

No entanto, se por um lado o contato com os diversos materiais de leitura desde a infância constitui um fator importante para que, quando adulto, o indivíduo alcance maiores níveis de letramento, essa correlação não pode ser tomada de maneira absoluta, ou seja, não se pode tomar como sinônimos a posse de materiais de leitura e as práticas de leitura propriamente ditas.

Com base nesse pressuposto, o MEC solicitou uma pesquisa avaliativa do PNBE, intitulada “Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola”. A pesquisa foi realizada em 2005 pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e envolveu 196 escolas em 8 (oito) estados e 19 (dezenove) municípios, representando o universo de escolas de ensino fundamental de crianças, jovens

e adultos existentes nas redes públicas. Foram feitas entrevistas com alunos, professores e gestores das escolas selecionadas. Esse levantamento tinha como objetivo obter subsídios sobre a utilização dos livros encaminhados às escolas, bem como do impacto dessa ação na formação de leitores.

Um dos resultados dessa investigação evidenciou o despreparo por parte dos professores ao receber os livros e ao organizá-los em suas respectivas escolas, “na quase totalidade das escolas, não foram observadas formas adequadas de apresentação dos livros aos usuários, organização e classificação próprias à apropriação dos leitores mirins, favorecendo a busca, o acesso e a movimentação autônoma”(PNBE, 2008, p. 125).

A pesquisa apontou também bibliotecas em espaços mal adaptados, pouco atrativos ou mesmo excluídas do contexto escolar, carentes de organização e de práticas significativas de leituras. Evidenciando que as “escolas e a maioria dos professores ainda não desenvolveram compreensão acurada do papel e das finalidades sociais das bibliotecas no interior das escolas, descolados de enfoques didáticos, simplistas e alienadores” (PNBE, 2008, p. 124).

Ao dotar as escolas com os acervos, o Programa evidenciou a fragilidade do sistema escolar com relação à elaboração do projeto político-pedagógico. Os

resultados permitiram afirmar que “nenhuma escola apresentou um projeto em que a leitura e a biblioteca fossem centrais para o processo de aprendizagem dos estudantes” e apontaram “a necessidade de políticas públicas voltadas à formação dos professores” (PNBE, 2008, p. 100).

Por fim, com relação à distribuição dos acervos, o PNBE é mencionado pela população pesquisada como um importante programa de democratização do acesso e, devido à sua abrangência nacional, faz com que um número significativo de alunos e bibliotecas seja beneficiado.

Método

Participaram desta pesquisa 56 professores do ensino fundamental da rede municipal (1º ao 5º ano), atuantes em 6 escolas que possuíam uma biblioteca em seu contexto, sendo estas 3 rurais e 3 centrais, localizadas no município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná.

Como instrumento de coleta, foi utilizado um questionário que aborda os seguintes aspectos: caracterização dos sujeitos a partir dos dados de identificação e formação acadêmica; visão dos professores com relação ao uso da biblioteca escolar.

Após aprovação no Comitê de Ética e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, os professores responderam ao questionário por escrito. Posteriormente foi realizada a leitura dos dados obtidos, os quais foram interpretados por meio da análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

Neste capítulo, apresentaremos a análise dos dados referentes ao grupo de 56 professores do ensino fundamental (1º ao 5º ano) das escolas públicas do município de Piraquara, os quais compuseram a amostra desta pesquisa de campo.

Iniciaremos caracterizando a população com relação a sexo, formação acadêmica, local de atuação.

Do grupo de professores pesquisados, 54 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. No que diz respeito à formação acadêmica, 43% cursaram magistério, 41% pedagogia, 4% letras e 12% não responderam, sendo que a maioria não possui pós-graduação. Cabe esclarecer que dos 56 pesquisados, 31 lecionam nas escolas localizadas no centro de Piraquara e 25 nas escolas rurais.

Dentre os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo, chama atenção o número significativo de professores que não realizam ações na biblioteca

escolar. Dentre os 56 pesquisados somente 15, 27%, relataram desenvolver práticas de leitura envolvendo esse espaço, embora, 100% considere que deve existir uma biblioteca no contexto escolar.

Tal situação nos faz refletir, sobre os motivos que levam um número significativo de professores a não considerar a biblioteca como espaço de atuação possível para o desenvolvimento de práticas significativas de leitura e o empréstimo de livros.

Entre os motivos apresentados, destacam-se a presença de um profissional responsável (10%), limitações imposta pela equipe diretiva (8%), espaço inadequado (7%) e não considera necessário (5%). Contudo, se as razões apresentadas permitem, por um lado, que se identifique o panorama e a situação da biblioteca das instituições do município, por outro, eles só podem ser devidamente compreendidas se considerarmos a formação do professor.

No que se refere à formação do professor, 82% referiram não ter acesso a conteúdos que referenciassem a biblioteca durante seu percurso acadêmico.

Este dado corrobora com as discussões fomentadas por Maroto (2009) ao revelar, no livro intitulado “Biblioteca escolar, eis a questão”, que as instituições de ensino responsáveis pela formação de professores, muitas vezes não oferecem a oportunidade de seus alunos vivenciarem experiências concretas com a

leitura, pois, geralmente não dispõem de bibliotecas adequadas e acervos atualizados, requisitos estes, fundamentais para a formação pedagógica. A autora acrescenta que essa situação reflete a falta de tradição bibliotecária no Brasil, bem como, o desinteresse das instituições de ensino, em oportunizar tais discussões durante a formação acadêmica.

Somado a isto, mesmo que os PCNs apresentem e fundamentem um trabalho de leitura que envolve a biblioteca, estudos apontam que mesmo os documentos tendo sido elaborados para nortear a prática do professor, apresentam-se ainda muito distantes da realidade brasileira. A respeito dessa ideia, Barbosa assevera que, “a maioria dos professores existentes na rede pública são ainda bastante distantes do professor pressuposto pelos PCNs” (BARBOSA, 2000, p. 174).

Tal constatação, segundo Berberian e Calheta (2009), sustenta-se a partir de indícios e argumentos que sinalizam uma baixa ocorrência de ações crítico-reflexivas em torno dos princípios e procedimentos veiculados em tais textos.

Para as autoras, pesquisas tendem a associar essa baixa ocorrência aos níveis e às condições de letramento do professor, advindos, sobretudo, da própria cultura escolar de prática de leitura e escrita a partir da qual esses professores fizeram sua formação básica e de professores que não os capacitam para uma prática

reflexiva/responsiva (BERBERIAN, CALHETA, 2009, p. 685).

Ao identificarmos as condições em que ocorre a formação docente, não estamos buscando motivos que justifiquem a situação da biblioteca e seu uso, mas sim, apontando à necessidade de ações e programas voltados não somente à distribuição de livros, mas, fundamentalmente, à formação continuada dos profissionais responsáveis pela formação do aluno-leitor.

Retomamos neste momento, a pesquisa avaliativa do programa PNBE (2008), a qual constatou que para além de ações voltadas à distribuições de livros, é preciso investir em programas e ações que visam capacitar mediadores de leitura bem como a revitalização das bibliotecas.

Para isso, faz-se necessário um esforço conjunto entre estados, municípios e governo federal, a fim de que a comunidade escolar tenha acesso à produção editorial e possa usufruí-la e explorá-la, de forma significativa, sob a orientação de profissionais comprometidos no processo de formação do leitor.

Conclusão

A partir das considerações explicitadas ao longo do texto, torna-se possível conferir a existência de relativos

avanços no que diz respeito à temática da biblioteca no contexto escolar com os programas federais de incentivo à leitura, sobretudo, com a implantação da Lei nº 12.244, instituída em 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização e obrigatoriedade de bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País.

Nessa direção, se avanços podem ser anunciados cabe indagarmos porque a biblioteca ainda não se configura, nacionalmente, como espaço que promove o letramento bem como, a sua presença no contexto escolar ainda não é uma realidade em muitas escolas brasileiras.

Por fim, dentre as ações que podem contribuir para uma mudança nesse quadro, ressaltamos o compromisso do fonoaudiólogo inserido no contexto educacional de estabelecer parcerias colaborativas que contribuam para a constituição de bibliotecas escolares que cumpram com as orientações contidas nos documentos oficiais analisados neste estudo, bem como nos programas apresentados, viabilizando assim, o acesso e a apropriação da linguagem oral e escrita por parte da população brasileira.

Referências

- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- _____. Estética da criação verbal, São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BARBOSA, J. P. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? in: A prática de linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.
- BAJARD, E. Da escuta de textos à leitura. São Paulo: Cortez, 2007.
- BERBERIAN, A. P.; CALHETA P, P.; Fonoaudiologia e Educação: práticas voltadas à formação de professores. Dreux, F. M.; Mendes, B. C.; Navas, A.L.P.G.P. (Orgs.) Tratado em Fonoaudiologia. São Paulo: Rocca, 2009: 682-691.
- BERNARDES, A. S Do texto pelas mãos do escritor ao texto nas mãos do leitor: pensando a leitura e a escrita na biblioteca. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 22, p.1-10, jan/abr. 2003.
- BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Introdução aos Parâmetros, Brasil, 1997.
- BRASIL, PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE): Leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA. Disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em: 29 jun. 2010
- GIROTO, C. R. M. Perspectivas atuais da Fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus, 1999.
- MAROTO, L. H. Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PARANÁ, DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Brasil, 2008.